

Jornal: *Folha de Bahia*
 Data: *10.11.2007*
 Caderno: *Salvador*
 Seção: *07*
 Assunto: *Estações de Transbordo*

ESTAÇÕES DE TRANSBORDO

Privatização sem lei, não vale

RENATA LEITE

As Estações e Terminais de Transbordo de Salvador (Lapa, Pirajá, Rodoviária, Iguatemi, Aquidabã, Barroquinha, Mussurunga) só podem ser terceirizadas com a aprovação de uma lei municipal, na Câmara de Vereadores, que autorize a execução do processo licitatório, conforme a Lei Federal 9.074 de julho de 1994. A observação é da promotora da Justiça, Heliete Rodrigues Viana, que esteve presente na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Transporte, Trânsito e Serviços Municipais da Câmara de Vereadores, no auditório do Edifício Bahia Center, Centro, para discutir o destino das estações de transbordo.

Segundo a promotora, o Ministério Público (MP) constatou alguns pontos que não foram colocados no edital de licitação, mas que são relevantes para o processo de concessão de direito de uso e exploração de bens públicos. "O edital não atende algumas exigências legais, uma vez que, muitos aspectos não foram levados em consideração. Além da falta de autorização legislativa, não identificamos no processo o projeto executivo; objetivo da concessão; a garantia de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais,

entre outros pontos", destacou Viana. "O MP ao tomar conhecimento do processo licitatório encaminhou uma recomendação à Superintendência de Transporte Público (STP) abordando os aspectos que devem ser revisados para que o Município não venha a ter problemas futuros como ocorreu com o Aeroclube e Comab - Transporte Marítimo da Bahia", assegurou a promotora.

O superintendente da STP, Gervásio Carvalho, ressaltou que o processo de licitação é irreversível, no entanto, o edital pode ser aperfeiçoado. "A terceirização das estações é uma idéia moderna e criativa do governo que debateremos à exaustão. Os serviços de manutenção e conservação das estações ficaram precários porque os governos não têm condições financeiras suficientes para arcar com os investimentos", afirmou.

A terceirização, de acordo com Carvalho, pode reduzir em 50% (R\$ 12 milhões) o custo do órgão com serviços de melhoria. Somente na Estação da Lapa, os gastos giram em torno de R\$ 440 mil mensais. Um nova audiência em busca de uma solução para o impasse em torno da terceirização das estações foi agendada para o dia 14, a partir das 14h30, na sede do Ministério Público, em Nazaré.

FOTO: GERALDO ATAÍDE



As estações de transbordo estão passando por muitos problemas que afetam a vida dos usuários, com prejuízos

FOTO: RITADANTAS



Os usuários reclamam do abandono e insegurança de algumas estações de transbordo

Insegurança e prejuízos

Infiltrações, pouca iluminação, ausência de segurança e o direito de acessibilidade aos deficientes físicos e visuais comprometidos. Esses são alguns dos itens identificados nas estações de transbordo de Salvador e justificados pela Comissão de Transportes para propor o projeto de terceirização da administração da área. Na Estação da Lapa, a maior da cidade, onde circulam diariamente cerca de 460 mil pessoas e 391 ônibus por hora, os problemas se diversificam, causando insatisfação para os usuários.

"A Estação da Lapa não tem condições de funcionar em pleno século 21. O terminal precisa ser atualizado, no entanto, o executivo não tem recursos e nem terá por muito tempo. É preciso a participação da iniciativa privada para garantir a reforma", afirmou o vereador Jorge Jambeiro presidente da comissão. Somente na Lapa, os

investimentos para melhoria da área estão orçados em R\$ 15 milhões.

Jambeiro garante que os usuários e comerciantes do local não vão sair prejudicados. "A terceirização não vai gerar nenhum ônus à população, pelo contrário, irá oferecer melhor qualidade e mais organização. Iremos ampliar o comércio em torno da região atraindo mais comerciantes e empresários, consequentemente, trazendo mais investimentos para o local, além de oferecer segurança na locomoção de pessoas com deficiência física e visual".

Apesar das promessas de melhoria para as estações de transbordo, os 59 ambulantes e 40 permissionários da Lapa temem sair no prejuízo com a terceirização. Eles alegam que seus interesses podem não ser contemplados e têm receio de perder o espaço ou ter de pagar mais pelo aluguel. Ontem, durante a audiência pública, os ambulantes se

manifestaram. "Essa tal terceirização vai ser muito ruim. Não vou poder vender minha mercadoria com a mesma liberdade que tenho hoje", disse Adélia Bibiano, 48 anos.

De acordo com o diretor da Associação dos Servidores em Transporte e Trânsito do Município (Astram), Edvandro Branco, integrante do Movimento em Defesa das Estações de Transporte Público de Salvador, transferir para a iniciativa privada a administração das estações não é a melhor solução. "Se chegou ao caos que está é porque não houve comprometimento do poder público. Se a STP, que é responsável pela manutenção e conservação das estações, recolhesse a taxa de gerenciamento que deveria ser paga pelas empresas de ônibus, como estabelece o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Transporte Coletivo, o município teria condições suficientes em manter o bom funcionamento dos terminais", pontuou.